



A dependência estrutural e o regionalismo aberto da América do Sul: os desafios políticos para uma integração do desenvolvimento

Tiago Assis Silva¹

Resumo

A integração regional é uma via pela qual se possibilita criar as condições de desenvolvimento aos países membros de determinada região. No entanto, a integração pode ser veiculada por um matiz antagônico que permite a abertura da economia doméstica ao capital externo e a submissão exploratória das comunidades e dos povos locais, o que aprofunda as condições do colonialismo. A hipótese é que o colonialismo na América do Sul fora historicamente estruturado que impossibilita a criação de uma via de integração regional voltada ao desenvolvimento. O objetivo deste artigo é pôr em evidência essas condições históricas do colonialismo a partir de uma crítica ao eurocentrismo e ao seu par norte-americano, e, concomitantemente, evidenciar que a América do Sul, por estar sob a vigência de um regionalismo aberto neoliberal, não reúne condições de superar a dependência por via da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e descritiva, analisa-se as condições estruturais que se solidificaram, historicamente na região sul-americana, e que influencia na forma pela qual a região busca uma integração meramente mercantil sem uma perspectiva alternativa ao desenvolvimento.

Palavras chave: Regionalismo, América do Sul, Colonialismo, Dependência.

La dependencia estructural y el regionalismo abierto de la América del Sur: los desafíos políticos para una integración del desarrollo

Resumen

La integración regional es una vía a través de la cual es posible crear las condiciones para el desarrollo de los países miembros de una región determinada. Sin embargo, la integración puede ser transmitida por una tonalidad antagónica que permite la apertura de la economía doméstica al capital extranjero y la sumisión exploratoria de comunidades y pueblos locales, lo que profundiza las condiciones del colonialismo. La hipótesis es que el colonialismo en América del Sur fue estructurado de una manera que imposibilita la creación de una vía de integración regional orientada al desarrollo. El objetivo de este artículo es resaltar estas condiciones históricas del colonialismo desde una crítica al eurocentrismo y su contraparte norteamericana y, también, mostrar que América del Sur, al estar bajo la fuerza de un

¹ Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal da Bahia. Pesquisador bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB (2019-2020). Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Doutorando (aluno especial) em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia. Advogado. Conselheiro e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Bahia. E-mail: advtiagoassis1983@gmail.com

regionalismo neoliberal aberto, no tiene las condiciones para superar la dependencia a través de la Iniciativa para la Integración de Infraestructura Regional en América del Sur - IIRSA. A través de una investigación bibliográfica y descriptiva, se analizan las condiciones estructurales que históricamente se han solidificado en la región sudamericana, y que influyen en la forma en que la región busca una integración meramente mercantil sin una perspectiva alternativa al desarrollo.

Palabras clave: Regionalismo, América del Sur, Colonialismo, Dependencia.

South America's structural dependence and open regionalism: the political challenges for an integration of development

Summary

Regional integration is a way through which it is possible to create conditions for the development of member countries of a given region. However, integration can be conveyed by an antagonistic hue that allows the opening of the domestic economy to foreign capital and the exploratory submission of communities and local peoples, which deepens the conditions of colonialism. The hypothesis is that colonialism in South America was historically structured that makes it impossible to create a regional integration path aimed at development. The aim of this article is to highlight these historical conditions of colonialism from a critique of Eurocentrism and its North American counterpart, and, at the same time, to show that South America, by being under the force of an open neoliberal regionalism, it does not have the conditions to overcome dependence through the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America - IIRSA. Through a bibliographical and descriptive research, the structural conditions that have historically solidified in the South American region are analysed, and that influence the way in which the region seeks a merely mercantile integration without an alternative perspective to development.

Key words: Regionalism, South America, Colonialism, Dependency.

Introdução

Desde o início do século XIX, após os movimentos políticos independentistas, que se nutre a expectativa de construção de uma política regional capaz de não apenas defender a soberania dos Estados latino-americanos como de criar as condições para o desenvolvimento dos povos. Simón Bolívar foi o primeiro a alimentar essa ideia quando convidou alguns governos recém independentes para o Congresso do Panamá em meados de 1826.

Nas palavras de Bolívar, “depois de quinze anos de sacrificios consagrados à liberdade da América (...), é tempo já que os interesses e as relações que unem entre si as repúblicas americanas (...) tenham uma base fundamental que eternize, se é possível, a duração desses governos” (2015, p. 97). No entanto, a vontade política de Bolívar fora frustrada, como segue sendo até os tempos atuais.

As respostas para o questionamento acerca do motivo pelo qual essa unidade e seu concomitante desenvolvimento não prosperam está na estrutura econômica e política que se fixou no continente desde a colonização ibérica, seguida pela colonialidade inglesa e norte-americana. Eis a razão pela qual se faz mister descortinar as categorias analíticas da colonialidade que penetra os poros do continente latino-americano.

Referidas categorias existem enquanto sedimentadas no tempo. Eis a razão pela qual não podem ser fixadas sem que a estrutura formativa da América Latina seja descortinada. Segundo Braudel, “por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais (...). Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento” (2014, p. 49).

No que tange à América Latina, a colonização se inicia no século XVI, a partir de quando os europeus invadem o continente. Desse modo que “a colonização é, ao mesmo tempo, a ocupação de uma terra estrangeira e distante por uma população, com sua cultura, e a instalação, nessa terra, daqueles que chamamos de ‘colonos’” (FERRO, p. 13). E mesmo após a independência política da América Latina, a Inglaterra e depois os Estados Unidos exercem a sua hegemonia política e cultural no continente, de maneira que os Estados latino-americanos permanecem subordinados aos interesses externos sob uma postura colaboracionista das elites locais em detrimento das frações sociais marginalizadas.

Por isso que analisar todo esse período histórico sob a categoria da colonialidade do poder é imprescindível para se compreender como, ainda e sobretudo na atualidade, a América Latina, especialmente a América do Sul, está sob um regionalismo que está sob o pilar estritamente mercantil e impõe à região a característica de produtora de *commodities* aos mercados externos. Modelo o qual a perspectiva de desenvolvimento, por certo, passa ao largo, pois antagônica.

1. Regiões e Regionalismos

Regiões e regionalismos são expressões por vezes lacônicas e em permanente polissemia. Compulsando diversos autores, é possível aferir distintas conceituações. No entanto, Hettne afirma que “a definição mínima de uma região do mundo consiste, basicamente, em um número limitado de estados ligados entre si por uma relação geográfica e um grau de interdependência mútua” (2005, p. 544).

Essa é uma definição bastante tradicional, pois atrelada a uma perspectiva de região

contígua. A despeito de se admitir, teoricamente, uma região sem contiguidade, a definição de Hettne é a mais adequada para o presente artigo, vez que o regionalismo sul-americano tem como uma de suas características a contiguidade territorial. Para além desse aspecto, Hettne destaca a interdependência mútua como outro fator de uma região.

Essa interdependência mútua deita raízes em aspectos multidimensionais, desde a vinculação a uma cadeia produtiva e comercial até aos vínculos étnicos e culturais. O que significa dizer que regiões, embora possam ser localizadas, geograficamente, são construções sociais e políticas, portanto, históricas e mutáveis.

Por outro lado, quanto ao regionalismo, segundo Hettne, “se refere a uma tendência e um compromisso político para organizar o mundo em termos de regiões” (2005, p. 545). Não sendo algo dado, o regionalismo é um projeto aberto a tendências políticas e econômicas para permanente construção e reconstrução de espaços regionais. Com isso, é possível se afirmar que existiu um antigo regionalismo e, na atualidade, há um novo regionalismo. Mas, sob qual marco?

O antigo regionalismo estava pautado pela bipolaridade internacional protagonizada por Estados Unidos e União Soviética, de modo que as regiões orbitavam em torno dessa geopolítica mundial. Sob esse antigo regionalismo, no período inicial da guerra fria e pós segunda guerra mundial, os países da Europa Ocidental concordaram em rever suas posições, priorizando a construção de um modelo de paz a fim de evitar os conflitos anteriores que conduziram o continente a duas grandes guerras e a uma situação econômica e de infraestrutura devastadora. Essa região do mundo fora beneficiária da política externa de financiamento dos Estados Unidos.

Desde então, o progresso na integração da Comunidade Europeia tem servido de fundamento para a abordagem do regionalismo de êxito. No entanto, outros espaços regionais construíram seu próprio modelo cujo sucesso poderiam ser aferido por outros critérios.

A conjuntura social, política e histórica de outras regiões demandam soluções particulares, de maneira que o modelo europeu não poderia ser concebido como universal e ser aplicado, indiscriminadamente, em outras regiões. Destaque-se que “a CEE foi basicamente concebida como um projeto para domar o nacionalismo e constranger a soberania do estado; regionalismos não ocidentais foram inspirados, exatamente, por motivações opostas, para avançar o nacionalismo e preservar a soberania após séculos de domínio colonial” (ACHARYA, 2016, p. 158).

Eis a razão pela qual não há um modelo universal de regionalismo; pelo contrário, as regiões produzem interações próprias, em conformidade com sua multidimensionalidade, com

sua história peculiar. Por isso não há que se falar em lei universal do regionalismo adotando-se a Europa como modelo. Cada região se constituiu e se constitui de acordo com seus aspectos políticos, econômicos, étnicos e culturais próprios, embora possam ser influenciadas por outras regiões, outros modelos.

Em sendo assim, enquanto a Europa buscava a integração para a manutenção da paz a fim de evitar novos conflitos, as antigas colônias americanas buscavam a integração para a defesa da soberania política recentemente conquistada em face das antigas metrópoles. Na primeira situação, os países europeus relativizavam suas soberanias para a construção da comunidade europeia; na segunda situação, as antigas colônias, primeiramente, estavam sedimentando suas soberanias para prevenir influências e imposições externas.

Por outro lado, em se tratando de novo regionalismo, o neoliberalismo, que dá a tônica à economia política internacional, prioriza a abertura comercial dos países e os múltiplos arranjos internacionais entre eles. Desse modo que o regionalismo aberto, enquanto expressão do novo regionalismo, “ênfaticamente que o projeto de integração deve ser orientado para o mercado e voltado para o exterior, deve evitar altos níveis de proteção e deve formar parte do processo de globalização” (HETTNE, 2005, p. 549).

Tais perspectivas, entretanto, são abordagens estritamente comerciais do regionalismo. Como Hettne bem destaca, “outras dimensões foram logo adicionadas à complexidade regional. Houve, em primeiro lugar, o problema do desenvolvimento, que, embora muitas vezes relacionado ao comércio, é bastante distinto e geralmente tem sido discutido em termos de regionalismo desenvolvimentista” (2005, p. 551).

Eis que essa nova abordagem permite desvendar o regionalismo multidimensional; para além do regionalismo fincado nas estritas bases da produção comercial de trocas num mundo do capital. Sob essa perspectiva que se “compartilha com o ‘novo regionalismo’ e o construtivismo a visão de que as regiões não são entidades geográficas e culturais fixas, mas dinâmicas e socialmente construídas que podem assumir a qualidade de comunidades imaginadas” (ACHARYA, 2016, p. 167).

Justamente em razão da história subjacente à formação dos espaços regionais e dos regionalismos que Gill discorre sobre a importância dos estudos de Braudel ao afirmar que “a longa duração envolve conjuntos de ideias, padrões de interação, formas institucionais e uma estrutura de experiência que pode persistir por uma infinidade de gerações” (2003, p. 48-49). E sob essa perspectiva da longa duração, verifica-se a hegemonia que organiza os espaços regionais e exerce influência para além das fronteiras nacionais em dado período histórico.

Com isso, introduz-se o conceito de hegemonia na conformação do regionalismo e dos

espaços regionais. Situação na qual a ordem de coisas vigentes são fixadas e mantidas não pela força (ou somente por ela), mas, sobretudo, pelo consenso formado entre as frações sociais dirigentes e as frações sociais subordinadas.

Sob o modo de produção do capital pós segunda guerra, o fordismo fora o meio de produção econômica e de formação social de um consenso. Por isso que Gill destaca: “Para Gramsci, o fordismo e o americanismo representavam uma aceleração de uma nova forma social baseada em um vínculo orgânico profundo entre forma de Estado, sociedade civil e modo de produção, e como tal representando uma nova forma de economia planejada em que a hegemonia foi baseada nas forças de produção e ‘nasceu na fábrica’” (2003, p. 59).

Esse modo de produção fabril que se iniciou nos Estados Unidos, se espalha para a Europa e o Leste Asiático, garantindo a expansão dos mercados em prol das corporações transnacionais norte-americanas. O modo de vida americano é exportado, materializando a sociedade do consumo e da produção em massa de bens até então de consumo restrito a uma elite econômica. A política de valorização salarial permitiu que o trabalhador integrasse essa sociedade, constituindo a base social do consenso e da hegemonia da produção do capital.

Com a derrocada do capitalismo industrial fordista na década de 1970, desde então o neoliberalismo tenta se firmar como posição hegemônica dentro do modo de produção social do capital. A julgar pela ascensão de governos neoliberais, sobretudo em países periféricos, é possível afirmar que o neoliberalismo compõe a hegemonia atual, a base de consenso social.

Esse neoliberalismo se positiva nas Constituições para assegurar sistemas financeiros desregulamentados ou parcialmente regulamentados, flexibilização da legislação trabalhista, a retirada de direitos sociais e outras medidas congêneres em prol do capital financeiro transnacional. E desse modo, “Um objetivo central do novo constitucionalismo é evitar que governos futuros desfaçam o compromisso com um padrão disciplinar de acumulação neoliberal” (GILL, 2003. p. 66).

No entanto, forças sociais e políticas questionam o neoliberalismo pela ineficácia social de suas políticas. Diversos atores enfrentam o neoliberalismo em razão da concentração de renda e de riqueza que tem gerado, para além da destruição ambiental, étnica e cultural que são inerentes ao modo de produção do capital. No entanto, persiste a dúvida se tais sujeitos terão condições de construir uma nova força hegemônica e reconfigurar os espaços regionais sob novas bases de um regionalismo novo.

2. Colonialismo interno e dependência histórico-estrutural

O questionamento do estado de coisas vigentes ganha uma roupagem especial sob o olhar da teoria da colonialidade do poder que tem em Aníbal Quijano um de seus expoentes. A peculiaridade consiste numa abordagem de longa duração da produção social do capital no contexto sul-americano e para além do aspecto estritamente mercantil.

É possível afirmar que a colonialidade não se restringe à violência física e brutal que fora marca característica da invasão portuguesa e espanhola na América. Com o tempo, essa violência evoluiu para a formação de uma hegemonia a partir do consenso de que os europeus formam uma raça superior enquanto os americanos uma raça inferior.

A partir disso, toda a expressão política e econômica europeia se torna sobrepujante a qualquer espécie de expressão política própria que poderia prosperar na América Latina. O eurocentrismo, portanto, se enraíza no processo de dominação dos povos nativos e dos povos mestiços formados no novo mundo.

Como fora destacado por Quijano, “na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (2005, p. 118). Esse primeiro elemento, o racial, foi o critério que fundou as relações de exploração entre povos e criou as condições para o controle da produção e distribuição das riquezas oriundas da América Latina e destinadas à Europa, inicialmente aos países ibéricos (que muitas vezes eram apenas entrepostos), e, posteriormente, à Inglaterra, com papel coadjuvante da França, Alemanha (já no século XX) e outros países da Europa Ocidental.

A produção, portanto, estava subordinada ao critério racial, de modo que aos índios se estabeleceu a servidão e aos negros se impôs a escravidão. No que tange aos índios, importa destacar que “a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um tratamento especial, devido a seus papéis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhóis que não pertenciam à nobreza” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Esse fato já revela como seria constituída a relação futura da elite colonial (mesmo após as independências políticas) e as metrópoles, isto é, um consenso, uma colaboração subordinada entre a elite local e o capital estrangeiro, sobretudo europeu, antes da ascensão hegemônica dos Estados Unidos. A América, assim, forneceu à Europa as riquezas necessárias (acumulação originária) para o desenvolvimento da produção social do capital numa condição subordinada e, portanto, periférica.

O salário, fator imprescindível ao modo de produção social do capital, era restrito aos brancos europeus residentes na América, de modo que aos demais, restava a servidão e a

escravidão. Essa produção social exigiu, portanto, a dissolução das produções alternativas e anteriores, de modo que o extermínio das culturas indígenas locais fora uma consequência lógica da dominação, o que estaria legitimado pela necessidade de produção de riquezas à Europa.

E para que se estabelecesse um consenso sobre essa produção social do capital, “a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Isso se faz sentir até os dias de hoje e de forma ainda preponderante. Em seu documentário *La hora de los hornos*, Solanas mostra como a violência cultural penetra nossa sociedade por todos os poros, inclusive, pelo academicismo nas universidades. Solanas classifica as Universidades como “los principales receptáculos de las ideologias coloniales” (2012). Afinal, nos círculos acadêmicos se valoriza muito mais a produção no exterior e para o exterior do que sob matizes originários da região.

Inicialmente, os colonizadores trataram de apagar qualquer resquício da memória coletiva dos povos antigos, depois impuseram “os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (QUIJANO, 2005, p. 121). Essa violência é alcunhada de modernização, progresso.

A independência política da América portuguesa e hispânica não garantiu a libertação colonial. No Brasil, por exemplo, a abolição da escravatura somente ocorreu seis décadas depois e até a atualidade os negros são vitimados por atos racistas e os indígenas continuam sendo espoliados de suas terras em prol da agroindústria e da economia subordinada à exportação de *commodities*.

A formação dos Estados da América Latina ocorreu parametrizada às teorias políticas europeias. A formação dos Estados europeus coincide com a ascensão do modo de produção social do capital, de modo que a aliança interna nesses Estados, sobretudo entre as monarquias e a burguesia, fora essencial para a expansão do comércio mundial protagonizado pela Europa. Os países latino-americanos, mesmo após a independência, permaneceram atrelados à produção mundial como fornecedores de *commodities* e dependentes, estruturalmente, de capital externo.

O sistema político-econômico (democracia liberal) e a cultura predominante revelam o continuísmo da colonialidade. Quijano e Wallerstein destacavam que “la jerarquía de la colonialidad se manifestaba en todos los dominios – político, económico, y no menos en lo

cultural” (1992, p. 584). Eis a razão pela qual a maioria da população, negros, indígenas e mestiços estavam marginalizados, ou seja, tinham, como ainda têm, as menores rendas per capita e baixo quantitativo de riqueza enquanto a minoria branca concentra renda e riqueza no continente.

A tripartição dos poderes, premissa fundamental da democracia liberal europeia e enraizada na América Latina, revela que a *raça americana* possui baixa representatividade no parlamento, no judiciário e no executivo. Como consequência, as esferas de poder continuam a reproduzir os mecanismos de violência, porém, sob uma hegemonia baseada num consenso cuja formação, na atualidade, é sedimentada pelos principais meios de comunicação de massa. Eis a radiografia da colonialidade do poder.

É sob essa realidade histórica que as esquerdas da América Latina e os movimentos indígenas, negros e mestiços devem lançar os questionamentos e propor uma agenda política alternativa à produção social do capital cuja raiz, no continente, está fincada na discriminação racial e seu continuísmo. Afinal, “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista” (QUIJANO, 2005, p. 138).

Essa agenda consiste, justamente, na redistribuição do poder e na descolonização do poder, demandando novos arranjos institucionais sob matizes antagônicas à produção social do capital, a exemplo do resgate do *buen vivir*, fazendo com que a sociedade compreenda que a natureza (inclusive humana) não deve estar subjugada à acumulação do capital, pois ela é que dá sustentação à própria humanidade. Sob essa perspectiva é que se pode fomentar uma integração regional da América Latina e, portanto, a construção de um novo regionalismo, multidimensional.

3. América Latina, Brasil e Estados Unidos na longa duração: semelhanças, divergências, conflitos

Historicamente, a relação entre a América Latina e os Estados Unidos pode ser expressada pela palavra desconfiança, que motiva movimentos latinos de resistência a uma pretensão norte-americana de integração de todo o continente. Nesse ponto, importa destacar um pensamento de Acharya, vez que, se os Estados Unidos sempre pretenderam a unificação da América, a América Latina, especificamente a América do Sul, resistiu a essa ideia, formando, ao contrário, regionalismos próprios.

Inicialmente, Acharya mirava a Comunidade Europeia, mas, é um raciocínio aplicável

à pretensão dos Estados Unidos. Vejamos: “A CEE foi basicamente concebida como um projeto para domar o nacionalismo e constranger a soberania do estado; regionalismos não ocidentais foram inspirados, exatamente, por motivações opostas, para avançar o nacionalismo e preservar a soberania após séculos de domínio colonial” (ACHARYA, 2016, p. 158).

A desconfiança dos países latinos residia na pretensão de os Estados Unidos “domar” o continente. A reação, portanto, foi de formar regionalismos inspirados, justamente, em preservar a soberania dos Estados da América Latina. E essa era a percepção que Henry Kissinger (que ocupara a cadeira de Secretário de Estado na década de 1970 nos Estados Unidos) tinha.

Sob a lente de Moniz Bandeira, “Henry Kissinger, em sua obra *Does America need a Foreign Policy?*, observou que o Mercosul tendia a apresentar a mesma tendência da União Europeia, que buscava definir uma identidade política europeia, não apenas distinta dos Estados Unidos, mas em manifesta oposição aos Estados Unidos” (2010, p. 134). Importa destacar que os Estados Unidos sempre estão atentos ao que ocorre no continente americano.

A pretensão norte-americana de controle de toda a América é de período distante, desde o início do século XIX. Perry Anderson, ao mencionar as palavras de Thomas Jefferson a James Monroe², destaca que “essas eram as convicções dos fundadores. O esplendor da nação seria, em primeiro lugar, territorial, dentro do hemisfério ocidental (...). Finalmente, no entanto, esse esplendor seria mais do que territorial: ele seria moral e político” (ANDERSSON, 2015, p. 11).

De certo que, à primeira vista, tanto o Destino Manifesto quanto a Doutrina Monroe poderiam ser compreendidas como um ato de resistência de todo o continente americano a eventuais investidas de países europeus em qualquer tentativa de recolonizar a América. Isso fora ilustrado quando a França tentou se assenhorar da construção e exploração do que seria o canal do Panamá. Como recorda Briceño, “la aprobación de este proyecto en 1879 generó reacciones en Estados Unidos, donde se consideraba que el canal era un asunto nacional” (2017, p. 8).

No entanto, ainda no final do século XIX, superada a guerra civil e sedimentados os pilares do comércio norte-americano, o que seria a defesa do território do continente frente à potencial recolonização da Europa, tornou-se a avidez pela absorção de mercado e, por

² As palavras foram: “Por mais que nossos interesses presentes possam nos restringir aos nossos limites, é impossível não olhar para a frente, para tempos longínquos, em que nossa multiplicação os expandirá além desses limites, cobrirá todo o continente norte, e talvez o continente sul, com pessoas falando a mesma língua, governadas de forma similar por meio de leis semelhantes”.

consequência, do mercado vizinho dos latino-americanos. “Pero en estos la presencia británica era aún hegemónica (...). Es entonces cuando, ciertos sectores del gobierno retoman la idea de Monroe” (BRICEÑO, 2017, p. 8).

Desse modo, a política exterior, sob a perspectiva da longa duração, na América Latina, especialmente na América do Sul, é marcada por tentativas de influência dos Estados Unidos, algumas exitosas, e reações protecionistas pelos países da América Latina. A título de exemplo, enquanto o Ex-Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek anunciava a operação pan-americana, em 1958, visando a integração da América do Sul, o Ex-Presidente John Kennedy, três anos após, reagia por meio da criação da Área Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sob o viés de assistencialismo financeiro.

Duas décadas depois, o Ex-Presidente Raúl Afonsin (Argentina) e o Ex-Presidente José Sarney (Brasil – após o início das tratativas engendradas por Tancredo Neves) subscreveram, em 1985, a Declaração de Foz do Iguaçu, sob a perspectiva de se criar, posteriormente, o Mercado Comum do Sul. No entanto, seis anos depois, sob a esfera de influência da ideologia neoliberal, certamente sob o olhar dos Estados Unidos, Brasil e Argentina celebram o Tratado de Assunção.

Com a adesão de Paraguai e Uruguai, o Mercosul “foi concebido como um ensaio para a liberalização geral do comércio, de acordo com a ideologia neoliberal e livre-cambista dos governos dos Presidentes Collor de Mello, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina” (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 145).

A derrocada da União Soviética levou os Estados Unidos a defender, com mais afinco, a liberalização do comércio mundial. O neoliberalismo da década de 1990, na América do Sul, aderiu a essa corrente. Desse modo que o regionalismo aberto, enquanto expressão do novo regionalismo, “ênfatizou que o projeto de integração deve ser orientado para o mercado e voltado para o exterior, deve evitar altos níveis de proteção e deve formar parte do processo de globalização” (HETTNE, 2005, p. 549).

As promessas não cumpridas de desenvolvimento e um cenário de grave crise econômica regional permitiram que governos de esquerda, ou moderados (chamados de progressistas), ascendessem ao poder e iniciassem um diálogo de integração que iria culminar na criação da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL. E, novamente, a defesa da soberania e a autonomia com relação aos Estados Unidos voltava à ordem do dia.

No entanto, a morte precoce de Hugo Chávez, a onda de golpismo midiático, a atuação da justiça em desfavor daqueles governos, culminando em ordens judiciais de prisão contra

Rafael Correa e na prisão do Ex-Presidente Lula, e a ausência de uma política de profunda mudança social por parte da esquerda, conduziram candidatos reacionários ao poder, a exemplo do atual Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro que, inclusive, em 2019, oficializa a saída do Brasil da UNASUL.

4. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA, tal como constituída e desenvolvida, permite afirmar que é reflexo de uma estrutura histórica consolidada desde a inserção da América no mercado mundial. Como destaca Celi, “la dependencia periférica ha condicionado la situación de los países latinoamericanos, signada por su articulación desigual y subordinada a los mercados internacionales con sus efectos negativos para el desarrollo del conjunto de la región” (2020, p. 25).

Primeiramente, a América possibilitou que a Europa Ocidental reunisse riquezas (acumulação primitiva) para posterior impulso industrial e desenvolvimento da produção social do capital. A América, portanto, ingressou no mercado mundial como uma fonte de exportação de *commodities*.

Mais recentemente, nos anos 1990, esteve submersa no regionalismo aberto, isto é, sob a perspectiva de, após a guerra fria, promover a abertura da economia ao capital externo, situação que se materializa, por exemplo, por meio das privatizações.

Em 2000, o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso convocou uma reunião, em Brasília, para o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA. Esse projeto jamais esteve atrelado a uma perspectiva de ruptura da dependência e de desenvolvimento integrado da América do Sul.

Pelo contrário, “os eixos de integração e desenvolvimento da IIRSA não visam à integração física das capitais dos Estados territoriais sul-americanos. Os ‘eixos e os fluxos’ visam interligar portos, e a integração regional deve cumprir o papel de integrar competitivamente a região aos mercados mundiais” (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 147).

A economia da América do Sul é marcadamente primária. A vocação colonial das terras sul-americanas reaparecem na década de 2000 pelo *boom* das *commodities*. A Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana – IIRSA, sob essa estrutura histórica, é apenas um projeto ambicioso e custoso de criar melhores condições logísticas de ampliação da produção e comercialização mundial dos produtos minerais e agrícolas da região.

Essa concepção aprofunda o caráter dependente estrutural da economia sul-americana

e cria novos conflitos para com os povos originários e aqueles que passaram a ocupar territórios no continente e que são descendentes de antigos escravos africanos. O conflito surge na medida em que os governos e o setor privado, apoiado naqueles, entendem que é legítimo ocupar espaços territoriais diversos para desenvolver a infraestrutura.

Vários mitos coloniais são aqui atualizados, com destaque para a ideia de conquista, a “conquista do oeste” e a de “vazio demográfico”, a “hinterlândia ainda não ocupada” ou “a terra sem gente, para gente sem terra” do general-ditador Médici, quando presidente. Sendo os espaços epistemicamente esvaziados, espaços de ninguém, a conquista e ocupação está justificada. Os maiores obstáculos passam a ser os obstáculos naturais que cabe à engenharia resolver (Cordilheira dos Andes, “selva amazônica”, rio Amazonas, Pantanal) (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 149).

A inserção da América do Sul no mercado internacional, como fornecedora de *commodities*, destaca a diminuição da produção alimentar para o mercado interno enquanto há aumento das áreas cultiváveis na produção de alimentos para exportação. Segundo Porto-Gonçalves, “Comparativamente, isto implica que, enquanto a agricultura de mercado interno teve sua área diminuída em 20,8%, a agricultura de *commodities* viu sua área aumentada em 224%” (2011, p. 152).

No âmbito do documentário *IIRSA, A infraestrutura da devastação*, destaca-se: “Los países del sur, históricamente conquistados y colonizados, subsidian ecológicamente el ‘desarrollo’ industrial y consumista de los países del norte (...) a través de una impresionante transferencia de materia, de nutrientes y de energía”. O projeto da IIRSA, portanto, agudiza a dependência histórica e estrutural da América do Sul.

O projeto da IIRSA aprofunda a geografia desigual entre regiões distintas, como é o caso da América do Sul e da América do Norte, da Europa Ocidental, e, mais recentemente, do leste asiático sob a liderança da China na aquisição de *commodities* de produtos sul-americanos. O projeto da IIRSA visa criar maiores condições de produção e escoação aos mercados mundiais; e revela a capacidade da acumulação do capital de superar as eventuais adversidades.

David Harvey salienta, nesse sentido, que “uno de los más destacados hechos de la historia geográfica capitalista es su adaptabilidad y flexibilidad. Nuevos arreglos institucionales son constantemente construidos en respuesta a las circunstancias de incrustación material de la circulación del capital dentro de la trama de la vida” (HARVEY, 2007, p. 26).

Conclusão

Qualquer avanço na integração da América do Sul sob um olhar de desenvolvimento, não estritamente comercial, mas, sobretudo de garantia dos direitos humanos e proteção ambiental dos povos originários, quilombolas e biodiversidade, demanda uma mudança radical da produção social. Não se pode esperar resultados distintos sob um modo de produção social igual ao que está em vigor.

No entanto, para que novas condições históricas sejam criadas para uma ruptura e inauguração de um novo modelo, é imprescindível que haja a construção de um regime político sob pilares culturais radicalmente antagônicos aos vigentes e a sua escolarização, a fim de que as massas, críticas, estejam em condições de apoiar e sedimentar uma nova perspectiva de vida coletiva.

Esse é o desafio político das esquerdas sul-americanas. As formas de integração, principalmente aquelas sob as quais se fez uso de políticas econômicas sob a moldura do neoliberalismo, trouxeram benefícios econômicos efêmeros, às custas de territórios ocupados pelos povos originários, descendentes de africanos, e de tantos outros que guarneciam uma ampla biodiversidade. A IIRSA é um exemplo disso, de “desenvolvimento” devastador da natureza.

Os atores sociais que se forjam como sujeitos revolucionários³⁷ são os povos oprimidos, únicos capazes de acabar com a sociedade de classes e com a colonialidade, portanto, com o racismo. Os condenados da terra, naquele contexto, sobretudo, “farrapos” e camponeses, são os únicos capazes de impor o interesse universal e de salvar a África, a Ásia e as Américas, mas também a Europa de sua decadência humana, pois ao forjarem sua emancipação matam ou se propõem a eliminar da face da terra as posições de opressores e oprimidos, brancos e negros, colonos e colonizados. O problema não é o contato, a troca e o intercâmbio com outras sociedades e civilizações, como as europeias, mas a forma como isso deu-se, apoiada numa alteridade cujo único resultado possível é a objetificação (LOTH, 2021, p. 28).

As esquerdas que ascenderam na onda progressista da década de 2000 executaram políticas aprisionadas ao neoliberalismo e enfrentam questionamentos. Atuaram como reformistas, apenas. O desafio é, justamente, de atuar como revolucionários “que, ao impulsionar as reformas, lutam ao mesmo tempo por muda-la profundamente, mudança que não se pode produzir sem uma ruptura com a ordem anterior” (HARNECKER, 2019, p. 86).

Referências

ACHARYA, Amitav. **Regionalism Beyond EU-Centrism**. In: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE,

Thomas (Orgs.). *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. New York: Oxford University Press, 2016. p. 152-178.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikares. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRICEÑO RUIZ, José. **Del pan-americanismo al ALCA: la difícil senda de las propuestas de una comunidad de intereses en el continente americano**. Mérida-Venezuela: Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales, 2017. p. 145-167.

BOLÍVAR, Simón. **Independência e unidade latino-americana: escritos políticos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DE LA TORRE, Pablo Celi. **Reconfiguración de la dependencia latinoamericana: regionalización en crisis y fractura del multilateralismo**. In: W. Grabendorff e A. Serbin (editores). *Los actores globales y el (re)descubrimiento de América Latina*. Barcelona: Icaria, 2020. p. 25-40.

FERRO, Marc. **A colonização explicada a todos**. Traduzido por Fernando Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GILL, Stephen. **A Neo-Gramscian Approach to European Integration**. In: CAFRUNY Alan W.; RYNER Magnus (Orgs.). *A Ruined Fortress? Neoliberal Hegemony and Transformation in Europe*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2003. p. 47-70.

HARNECKER, Marta. **Desafios da esquerda latino-americana**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HARVEY, David. **Notas hacia una teoría del DESARROLLO GEOGRÁFICO DESIGUAL**. Traducción: Juan Villasante y Lisa Di Cione. Buenos Aires: UBA-FFyL, 2007.

HETTNE, Björn. **Beyond the ‘new’ regionalism**. *New Political Economy*. Vol. 10, No. 4, December 2005. p. 543-571.

IIRSA, A infraestrutura da devastação. Publicado pelo canal Lamerica Latina, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c8IFN9dwfrY>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

Integração da América do Sul. Publicado pelo canal tvbrasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ph7CD-QuqDE>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

LOTH, Luara Wandelli. **O encontro paradigmático entre psicanálise e materialismo histórico na proposta de cura pela via revolucionária em Frantz Fanon**. REBELA, v.11, n.1. jan./abr. 2021. p. 1-31.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da**

integração regional sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Organizadores). Governança global e integração da América do Sul. Brasília: IPEA, 2011. p. 133-176.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. **La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial.** Revista Internacional de Ciencias Sociales, n. 134, 1992. pp. 583-591.

SOLANAS, Fernando. **La hora de los Hornos.** Publicado pelo canal HALC XXI, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X--jUxpjrQ>. Acesso em: 16 Abr 2021.